DEMOCRACIA NA ESCOLA: REALIDADE OU FICÇÃO

FABIANA SOUZA FARIAS

RESUMO

Este artigo trata de apresentar uma pesquisa realizada numa escola pública na cidade de Guarulhos sobre sua organização e estrutura com o objetivo de demonstrar como as relações democráticas ou não afetam esse sistema.

Palavras-chave: Democracia; educação; escola.

ABSTRACT

This article presents research carried out in a public school in the city of Guarulhos about its organization and structure in order to demonstrate how democratic relations or not affect this system.

Key words: Democracy; education; school.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa uma explanação aprofundada acerca de discussões realizadas no âmbito profissional e atreladas à pesquisa feita numa escola pública sobre a estrutura e funcionamento da escola em questão.

Esta pesquisa foi norteada pelos questionamentos apontados no roteiro de José Carlos Libâneo, tendo como ponto de partida o conhecimento do interior da escola e suas implicações diárias como recursos financeiros, organização de documentos e formações, e como ponto de chegada nossas próprias impressões acerca da realidade vivida e transmitida pelos entrevistados.

Deste modo, foi a partir das entrevistas e da observação do envolvimento, da rotina das pessoas enquanto permanecia no local que um determinado ponto chamou a atenção: o comprometimento e o interesse em promover as ações de maneira democrática, eficiente e organizada, embora houvesse contratempos notáveis. Portanto, o objetivo deste artigo é pontuar o histórico da Educação Brasileira que ainda influencia no interior das escolas e a forma como gestores, professores e funcionários se relacionam de forma democrática e como essas relações afetam os resultados das ações planejadas.

As referências são os autores estudados ao longo de minha carreira, buscando, neste caso, expressar de maneira mais livre e objetiva meus próprios apontamentos relacionados ao tema proposto.

1. A Educação Escolar no Brasil: Breve Panorama Histórico

A História da Educação no Brasil é marcada por rupturas que contextualizaram transformações expressivas na sociedade desde o período colonial à contemporaneidade. Uma análise crítica dessas rupturas possibilita a compreensão conceitual dos aspectos sociopolíticos, históricos, legais, pedagógico-curriculares e organizacionais da educação escolar brasileira, permitindo, portanto, uma reflexão abrangente do atual sistema de ensino a partir de um novo olhar.

A primeira grande ruptura ocorreu no Período Jesuítico (1549 – 1759) em que os portugueses trouxeram um modelo de educação europeia, catequizando os indígenas e criando a primeira escola elementar brasileira.

Após 210 anos desse modelo de ensino, os jesuítas são expulsos do Brasil e ocorre uma nova ruptura. Inicia-se, pois, o Período Pombalino (1760 – 1808) liderado por Marques de Pombal que pretendeu organizar a escola para servir aos interesses do Estado.

A partir de 1808, com a vinda da família Real para o Brasil, tivemos um marco importante: a Imprensa Régia, permitindo a divulgação e discussão de ideias com a população letrada. Porém, vale ressaltar que a educação era uma questão secundária.

O próximo marco é referente ao Período Imperial (1822 – 1888), quando D. Pedro I proclama a Independência do Brasil e cria a primeira Constituição brasileira, na qual dizia que “a instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”.

Passamos adiante para o Período da Primeira República (1889 – 1929) marcado por muitos fatos decisivos na nossa história, como é o caso da Semana de Arte Moderna, em 1922. Inicialmente, este período tem influência da filosofia positivista e há certa divergência entre os princípios de Comte, que defendia uma predominância literária, e a Reforma de Benjamim Constant que defendia a liberdade e laicidade do ensino.

Já no Período da Segunda República (1930 – 1936), foi preciso repensar a educação, visto que era necessária mão-de-obra especializada. Assim, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, e também a Constituição dispõe, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos.

No Período do Estado Novo (1937 –

1945), a Constituição tira do Estado o dever da Educação, porém mantém a gratuidade do ensino primário. O capitalismo é explícito e, em 1942, é criado pelo Ministro Gustavo Capanema as Leis Orgânicas do Ensino que são compostas por decretos-lei que criaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – e valoriza o ensino profissionalizante.

Quando surge a Nova República (1946 – 1963), é adotada uma Constituição de cunho liberal e democrática, determinando a obrigatoriedade do ensino primário e também passando para a União a incumbência de legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

Outros fatores importantes de serem mencionados é que durante este período ocorreram significativos movimentos educacionais que corroboraram para uma transformação do pensamento educacional brasileiro como o método psicogênico de Jean Piaget que foi introduzido por Lauro de Oliveira Lima, em Fortaleza, em 1952.

No ano seguinte, criou-se o Ministério da Educação e Cultura e, certamente, em 1961, Paulo Freire, com uma didática própria de alfabetização de adultos, inicia um trabalho expressivo que segue até os dias de hoje.

Tratando do Golpe Militar em 1964, toda expressão populista que contrariasse os interesses do governo era abafada. Professores foram presos e demitidos e estudantes silenciados. Por outro lado, houve expansão das universidades e foi criado o vestibular classificatório. Também o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL com o intuito de erradicar o analfabetismo.

Após este período, especificamente entre 1986 a 2003, profissionais de outras áreas passaram a assumir postos na área da educação, havendo mudanças no cenário político educacional.

Daí para frente, a educação brasileira não passou por uma mudança qualitativa e percebe-se, através de dados oferecidos pelo próprio Ministério da Educação, que os estudantes não aprendem o que as escolas se propõem a ensinar.

Este panorama histórico evidencia uma educação pautada no autoritarismo e uma suposta modernização democrática, tendo como base um modelo escolar estrangeiro que não preconizou as especificidades da população, no caso os indígenas, mantendo por muito tempo uma educação escolar a partir do ponto de vista religioso.

Após uma ruptura com este sistema, inúmeras ações se sucederam criando normas, padrões e projetos políticos educacionais que, como sabemos, estão longe de solucionarem a questão da qualidade do ensino no Brasil.

A educação escolar contemporânea passa por transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que decorrem, sobretudo, dos avanços tecnológicos. Vivemos a era da Globalização, ou seja, uma movimentação intensa de que as pessoas estão em meio a acelerado processo de integração e reestruturação capitalista.

É necessária uma reavaliação do papel da escola, bem como sua estrutura organizacional, gestão, currículo e também a relação escola-família.

O país ainda luta contra o analfabetismo, ainda que a tecnologia avance expressivamente nos ambientes escolares. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em 26 de agosto de 2021, o índice de analfabetismo entre brasileiros com 15 anos ou mais foi estimado em 6,6% da população (207.750.291 milhões de pessoas). Em 2014, ele ficou em 8,3%; em 2013, a taxa era de 8,5% e, em 2012, era de 8,7%.

Embora os índices estejam caindo, muita coisa precisa ser feita. Neste sentido, avaliar a trajetória da educação brasileira a partir das influências metodológicas que permeiam o campo de ensino nos ajuda a reconhecer avanços e retrocessos.

Tendo em vista a trajetória mencionada, temos duas modalidades de

pedagogia, sendo elas a tradicional e a nova. A principal diferença entre elas é que na Pedagogia Tradicional (centrada numa vertente religiosa ou leiga) o foco é direcionado a “como ensinar”; já na Pedagogia Nova o foco é “como aprender”. Assim, temos duas correntes teóricas: Teorias de Ensino (até o final do século XIX) e Teorias da Aprendizagem (século XX em diante).

E assim podemos concluir este panorama histórico com a certeza de que o país esteve sempre em busca de novas estratégias e recursos que mobilizassem a qualidade do ensino, embora cercada por interesses diversos. No entanto, percebese também que muitas das mudanças ocorridas foram baseadas na metodologia, não considerando, de maneira expressiva a organização do espaço educativo.

2. A Educação Escolar da Sociedade Contemporânea

As transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que decorrem, sobretudo, dos avanços tecnológicos estão modificando o cenário escolar e os professores, assim como todos os envolvidos no processo educativo, vivenciam sentimentos de medo e frustração, quando não, incapacidade para lecionar. Isto porque os avanços da globalização fazem com que os profissionais da área

da educação estejam em permanente formação e, para isto, também é necessário que estejam dispostos a abrir mão de conceitos pré-estabelecidos para aprender novas formas de agir e pensar.

A revolução tecnológica certamente é decisiva no processo educacional, influenciando valores, atitudes e métodos de ensino, lembrando, que devido situações como negação por parte do professor ou cidades rurais, como exemplos, pode haver exclusão social e, ainda que se tenham aparatos tecnológicos na unidade escolar, também pode haver uma falsa inclusão.

Outro desafio da sociedade contemporânea é o de incorporar a democracia na gestão das unidades escolares, muitas vezes não compreendida pelos próprios gestores.

A falta de diálogo e da participação efetiva de professores, pais, alunos e comunidade nos planejamentos, reuniões e outras decisões a serem tomadas na escola geram impasses significativos, visto que a escola é o lugar onde se pretende formar cidadãos críticos.

Existem diversos programas e normatizações objetivando a reforma do sistema de educação brasileira, mas, na prática, o que se vê nas escolas é uma realidade deprimente: profissionais desmotivados, alunos sem perspectivas, pais e comunidades descrentes e gestores autoritários.

Felizmente, há exceções, com certeza. Porém, esta é uma triste realidade que vivenciamos no dia a dia de muitas escolas públicas pelo Brasil afora.

3. Uma análise qualitativa da estrutura e organização de uma escola pública da rede estadual de ensino

Nos meses de abril e maio de 2017, foi realizada uma pesquisa na E.E. Vereador Elísio de Oliveira Neves, localizada no bairro do Parque Cecap, município de Guarulhos, São Paulo, sobre a estrutura e organização da instituição. Esta escola atende um corpo social misto em vários aspectos, sendo muito procurada por alunos de bairros distantes em virtude de ser uma escola com bons índices nas avaliações externas e que preza pela disciplina e bom aproveitamento escolar.

A escola é um prédio antigo e, embora sejam necessárias algumas reformas, encontra-se em bom estado. No geral, os espaços de lazer e recreação, bem como secretaria e outros locais têm recursos limitados, contudo são bem aproveitados e há certo controle de qualidade no manuseio de materiais e mobiliários.

A instituição conta com recursos financeiros que não possibilitam extravagâncias nem mesmo a compra de novos maquinários como televisão, mas ainda assim, procura ter transparência nas dívidas e necessidades, buscando alternativas possíveis como colaboração da comunidade e também elencando os itens de compra tendo em vista o pedagógico, salvo casos de emergência como encanamento.

EM 2016, a escola passou por situações de conflitos internos e externos por causa de uma invasão por movimentos políticos e estudantis, tendo troca de diretor por duas vezes e uma queda no número de alunos devido uma reintegração de posse realizada pela prefeitura, que acabou mudando inúmeras famílias de bairro.

Este fator modificou a estrutura da escola, passando a ter menos salas de aula, refletindo, além de um número menor de alunos, menos vagas para atribuição de professores, e a retirada do cargo de uma das coordenadoras pedagógicas. Ainda assim, a unidade conta por volta de 100 funcionários, sendo 75 deles professores.

Conforme foram feitas as entrevistas, todos mencionaram que a escola tem uma gestão democrática e que há muita transparência nas ações planejadas e desenvolvidas. Contudo, houve algumas contradições que evidenciaram certa falta de conhecimento sobre o que de fato é democracia no ambiente escolar, assunto este tão debatido e frequente nas formações.

Assim, este fato foi marcando alguns aspectos ao longo da pesquisa tendo em vista os relacionamentos e o funcionamento da rotina escolar em virtude da comunicação e avaliação do trabalho desenvolvido por todos.

Embora cada funcionário tenha consciência sobre suas atribuições e responsabilidades, cabendo, inclusive, ao próprio indivíduo fazer uma autoavaliação de seu desempenho, sempre há circunstâncias que exigem desvios de funções ou mesmo a não execução de tarefas, devido incompreensão de fatores externos, não existindo uma avaliação dos trabalhos realizados no cotidiano, apenas o acompanhamento. Vale ressaltar que o mesmo não ocorre em relação ao pedagógico.

Neste sentido, destaco que as mudanças políticas no país e burocratização do sistema, de certa forma, impedem um perfeito funcionamento da rotina escolar, pois frequentemente há falta de pessoal, falta de verba para compra de itens do dia a dia como sulfite, merenda e ainda que se tenham situações adversas a serem enfrentadas no interior da escola, muitas das vezes fugindo das responsabilidades daqueles que atuam nela, ainda surgem novas demandas vindas da Diretoria Regional de Ensino, que ao invés de corroborarem com o trabalho, comprometem a qualidade das ações que já vinham sendo encaminhadas.

Durante todo o tempo permanecido na unidade escolar, houve grande demanda de resolução de problemas como a falta de professores e funcionários, precisando do apoio da coordenação e também da vice direção atuando nas salas de aula, já que não é permitida a dispensa de alunos.

Situações como esta, acarretam o desvio de suas funções, comprometendo o bom encaminhamento de ações como atendimento aos pais e professores.

Num todo, foi observado bastante comprometimento por parte dos professores em buscar soluções para as dificuldades de aprendizagem dos alunos e tendo sempre apoio pedagógico por parte da gestão, que sempre motiva e proporciona formações com vista a atender as demandas da escola, como no caso dos alunos com deficiências intelectuais.

Muitos projetos são elaborados e todos procuram trabalhar em conjunto, porém nem sempre os desafios são superados com êxito, principalmente pela falta de diálogo entre os pares ou pela participação sem motivação profissional.

A motivação é um fator em destaque, pois se percebe que os funcionários e professores, também alunos, ficam desestimulados com a falta de recursos e apoio do próprio Governo do Estado e da Diretoria Regional de Ensino, que sempre cobram muitos documentos e programas, avaliações que não são condizentes com a realidade vivida na instituição.

A fase crítica que o país tem vivido nos últimos anos está sendo sentida no interior da escola e ocasionando grande frustração e incertezas profissionais, em contrapartida, a demanda tem crescido, mas por conta disso tem-se perdido a qualidade na execução das ações, bem observado pela gestão da unidade.

Há muito que se fazer nesta e em muitas outras escolas. A qualidade educacional que tanto buscamos não é um mero sonho, mas talvez distante de ser conquistada devido tantos desafios a serem enfrentados.

Para isto, deve-se haver uma valorização dos profissionais da área através de formações e a construção de um Sistema Nacional de Educação que esteja atrelado ao Plano Nacional de Educação, combatendo a desigualdade e ao mesmo tempo valorizando-as.

O ponto forte desta pesquisa foi notar como uma escola grande busca lidar com os desafios diários de maneira transparente, proporcionando um ambiente de trabalho participativo e acolhedor, tendo foco no pedagógico e na valorização das ações desempenhadas por cada um dos envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gerir uma escola não é tarefa fácil. Não há receitas prontas. Ainda assim, busca-se o tempo todo a democracia e a valorização dos profissionais em meio a um turbilhão de desafios impostos diariamente.

A escola referida neste trabalho é bastante procurada por cauda de seu desempenho nas avaliações externas e porque é notado pelos alunos e comunidade o esforço em desenvolver ações que contribuam com o pleno desenvolvimento dos educandos, auxiliando-os a se tornarem cidadãos críticos e autônomos.

Ela tem um passado histórico enraizado no autoritarismo e conservadorismo, que aos poucos foram sendo traduzidos pelo ato democrático e social. Portanto, exigir mudanças drásticas não é o caminho. Mas, a participação é necessária.

Conclui-se, a partir da pesquisa realizada, que a gestão dos relacionamentos é um ponto crucial para garantir a democracia na escola, porém, também é preciso que cada indivíduo busque contribuir efetivamente nos planejamentos e na execução das ações propostas, participando ativamente do desenvolvimento dessas ações e avaliando, pois o feedback é essencial para rever o que não foi bem encaminhado como perceber as reais necessidades do grupo.

Esta participação fica, muitas vezes, apenas na fala das pessoas, enquanto na prática se esquivam de obrigações ou repassam para outros por não terem domínio do assunto, por não gostarem da atividade ou não terem conhecimento. Ainda assim, alguns preferem não opinar ou expressar suas verdadeiras angústias e comprometimentos por medo de represálias ou vergonha. Não há muita exposição e, geralmente, são sempre as mesmas pessoas que enfrentam os desafios com veracidade e união.

É claro que algumas observações acabam sendo superficiais do ponto de vista do período que ocorreu o acompanhamento, podendo ter interpretações equivocadas. Além disso, a Educação não pode ser engessada e nem é, por si mesma, visto que as propostas de ensino, os alunos, os professores e funcionário sempre estão se modificando por um processo natural emocional, biológico, estrutural etc. que já nos garante certa flexibilidade e mudanças.

Por fim, a escola ainda é o lugar onde se faz amigos e aprende a aprender.

REFERÊNCIAS

LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed.

São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola teoria e prática. São Paulo:

Heccus, 2013.

MONTEIRO, Eduardo e MOTTA, Artur. Gestão Escolar: perspectivas, desafios e função social. Rio de Janeiro: LTC, 2013.